

Cresceu proporcionalmente a quantidade de professores que buscam o voto dos brasilienses em outubro. Especialistas avaliam, porém, que maior representatividade não está vinculada a priorização do ensino na política

Mais candidatos da educação na disputa



» ANA ISABEL MANSUR

O Distrito Federal tem 60 candidatos da educação nestas eleições, entre professores de primeiro e segundo grau, ensinos fundamental, médio e superior e professores e instrutores de formação profissional. O número equivale a cerca de 7% de todas as candidaturas inscritas (877) na Justiça Eleitoral para a capital do país este ano, a maior porcentagem desde 2014. A ocupação é a que mais figura entre quem disputa o cargo de governador: em 2022, são quatro professores entre os 11 postulantes ao Palácio do Buriti. Nas últimas eleições, apenas dois nomes que almejavam o governo do Distrito Federal eram da educação, enquanto em 2014 não houve nenhum candidato da área pleiteando o cargo máximo da capital do país.

Dos 60 candidatos da educação neste ano, 39 (65%) buscam uma cadeira na Câmara Legislativa do DF e 12 (20%) querem um espaço na Câmara dos Deputados. Quatro (6,7%) disputam o Palácio do Buriti, com três vezes nas chapas (5%). O número de professores nas urnas do DF em outubro pode ser maior, já que profissionais da Secretaria de Educação podem registrar a ocupação, junto à Justiça Eleitoral, como funcionários públicos.

A maior parte dos participantes do pleito no DF são empresários (13%), seguidos por servidores públicos (12,8%) e advogados (7,6%). Apesar do crescimento proporcional, mais professores entre os candidatos não significa, necessariamente, que a educação será prioridade durante as gestões dos eventuais eleitos. É o que explica Francisco Thiago Silva, que foi professor da rede pública de ensino do DF por 15 anos e, há cinco, leciona métodos e técnicas da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Para ele, a variação na proporcionalidade dos candidatos da educação pode estar ligada ao aprimoramento da organização interna da categoria. "Isso (a diferença na proporção ao longo das últimas eleições) não revela muitas coisas. Pode significar que alguns colegas se juntaram em torno de algumas candidaturas e preferiram se concentrar para eleger um representante, mas pode significar, também, uma certa descrença e desânimo político, que assola não só o DF, mas a população em geral. O campo da educação precisa ter representantes", defende.

Para garantir que a educação seja prioridade entre os políticos eleitos, Francisco Thiago acredita na participação efetiva dos cidadãos. "Os eleitores precisam cobrar o programa político das pessoas em quem depositaram o voto e acompanhar de perto a composição da Câmara Legislativa do DF (CLDF). As pessoas focam muito na Presidência da República e no governador, mas se esquecem do Congresso Nacional e da CLDF", critica o professor.

Oneide Soterio da Silva,

presidente da Comissão de Educação da seccional do DF da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), avalia que outras demandas podem surgir ao longo dos mandatos dos candidatos eleitos, sem deixar de destacar o papel desses agentes. "Já tivemos outros políticos de origem

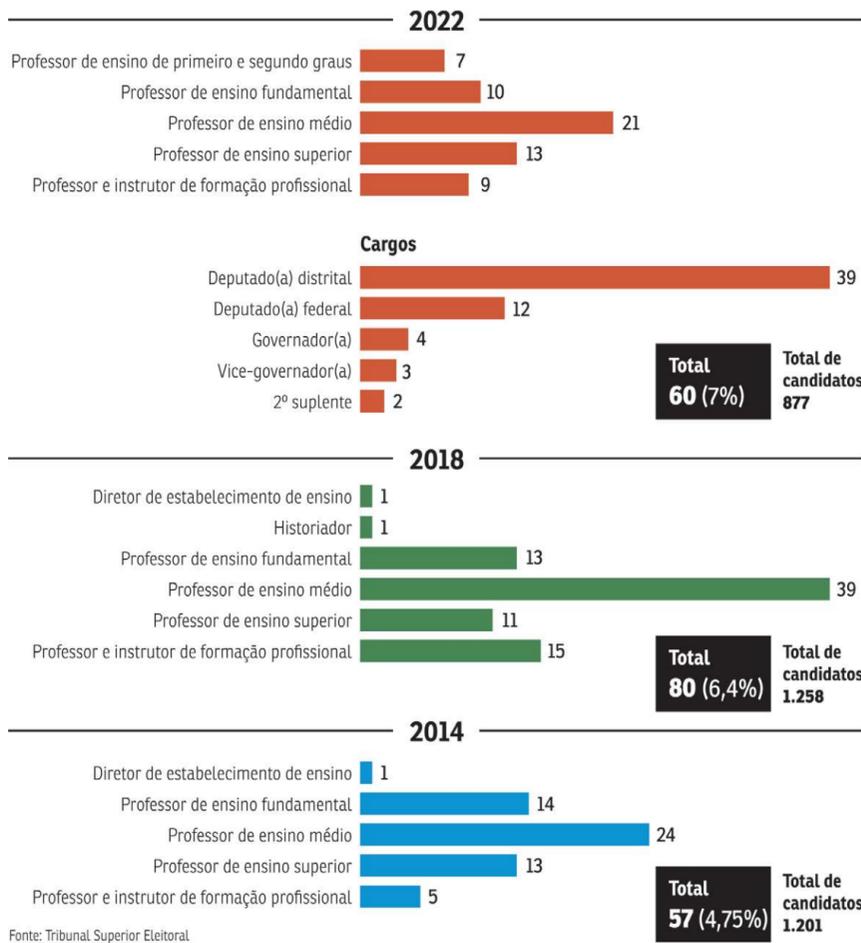
da educação e o cenário educacional não evoluiu. No entanto, é importante tê-los em nossas casas legislativas, para que os assuntos ligados à educação tenham prioridade e passem a ser melhor analisados e valorados."

Ela concorda com a posição do professor da UnB quanto à



Educação nas urnas

Número de candidatos do DF que se declaram professores subiu nestas eleições, na comparação com o total de candidaturas inscritas na Justiça Eleitoral. Mais da metade dos político pleiteia uma vaga na Câmara Legislativa do DF em 2022



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral



Já tivemos outros políticos de origem da educação e o cenário educacional não evoluiu. No entanto, é importante tê-los em nossas casas legislativas, para que os assuntos ligados à educação tenham prioridade"

Oneide Soterio da Silva, presidente da Comissão de Educação da seccional da OAB-DF

função cidadã de fiscalizar os mandatos dos políticos. "O eleitorado deve, de modo geral, buscar o efetivo cumprimento das promessas de campanha de seus candidatos. A educação deve ser prioridade de todos, independentemente das promessas de campanha. Com isso, há de se ter atenção às temáticas que envolvem as necessidades das escolas, dos alunos e dos profissionais que atuam na educação", destaca a advogada. Ela acredita que o aumento de candidatos ligados à área corrobora o entendimento de que a educação deve ser vista com prioridade.

Lucas Hoogerbrugge, líder de Relações Governamentais da ONG Todos pela Educação, é cético quanto ao número de candidatos. "Os números variaram muito pouco (entre uma eleição e outra) e a diferença não chega a ser significativa. Então, não sei se, de fato, haverá diferença na

atuação parlamentar dos eleitos no Distrito Federal." O especialista, contudo, não descarta a importância da educação na agenda política. "Quanto mais parlamentares defenderem a pauta, a educação terá mais prioridade para recursos, bons projetos de lei e fiscalização. A pessoa vir da educação ou dizer que defende a educação não necessariamente significa que seu mandato vai ser efetivo na área", aponta.

Necessidades

Para o professor Francisco Thiago, as demandas mais urgentes da educação dizem respeito ao que está determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). "É preciso garantir vagas, acesso e permanência (dos alunos), com ensino de qualidade nas creches e na pré-escola, com atenção

especial para a educação de jovens e adultos (EJA). Durante os últimos dois anos, muitas escolas de EJA foram fechadas ou estão sem vagas."

Não é possível aperfeiçoar a educação do DF sem valorizar os profissionais da área. "É imprescindível melhorar as condições de trabalho, a oferta de materiais, a merenda escolar e infraestrutura dos colégios. É importantíssimo juntar infraestrutura, formação continuada (dos profissionais) e valorização dos professores, com equiparação de salários com outros profissionais da carreira pública com formação compatível", defende Francisco Thiago, ao ressaltar a participação do ensino privado na pauta educacional. "A verba pública tem de ser destinada para as escolas públicas, sobretudo. Contudo, é possível estabelecer parcerias entre público e particular, desde que a avaliação do privado seja feita pelo (ensino) público. Há alguns programas em que as escolas privadas podem também participar (das soluções), mas a prioridade tem de ser a escola pública, sempre."

Para Lucas Hoogerbrugge, a fiscalização e o monitoramento público efetivos não acontecem sem transparência de dados. Outro ponto essencial, na visão do especialista, é focar no desenvolvimento dos estudantes. "Ao colocar a aprendizagem, a permanência na escola, a ampliação do leque de oportunidades de desenvolvimento integral das crianças e jovens como metas, a atuação parlamentar na área será melhor."

Níveis

Dos 60 professores candidatos, 21 (35%) dão aulas para o ensino médio. O fato, no entanto, não impede que esses educadores, se forem eleitos, lutem em nome dos outros níveis de ensino. "A vivência na educação engloba todo seu universo, porque a educação é global", explica Oneide Soterio da Silva, da Comissão de Educação da OAB-DF. "Por meio dela, vidas são transformadas, e é nisso que se deve focar: como contribuir para que as crianças, adolescentes e jovens, especialmente da rede pública, tenham acesso a uma educação de qualidade, sem violência e com foco no futuro. Esses candidatos precisam se aproximar dos estudantes, dar-lhes voz e entender com clareza o que precisa ser feito para diminuir a evasão escolar."

Lucas Hoogerbrugge, do Todos pela Educação, concorda com a colega. "Os professores têm formação ampla, em diversas searas, e com ênfase na educação básica. Então, mesmo dando aula para o ensino médio, eles conhecem muito sobre políticas pedagógicas, legislação educacional e a realidade das escolas." O professor Francisco Thiago destaca a relação entre a formação pedagógica dos diversos níveis de ensino. "A política e os instrumentos de ação pública precisam relacionar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a política do ensino do Distrito Federal, que passa por problemas de itinerários formativos, de conteúdos curriculares e da relação da BNCC com o currículo em movimento", completa o educador.